

Uso de *porque* – causais e explicativas:  
**Uma Análise Gramático-funcional<sup>1</sup>**  
Use of *porque* – causal and explanatory contexts:  
**A Functional Grammar Analysis**

Cristina Lopomo Defendi\*  
Flavio Biasutti Valadares\*\*

**RESUMO:** O artigo aborda o uso das conjunções causais e das explicativas em contextos de editoriais e artigos de opinião de jornais impressos. Apresenta conceitos e exemplos de gramáticas da língua portuguesa e tem como objetivo explicitar as diversas visões sobre as conjunções, em perspectiva tradicional e funcional. A análise e discussão têm como *corpus* de pesquisa 100 textos jornalísticos dos quais foram selecionadas todas as ocorrências com a conjunção *porque*. A partir de uma metodologia que visa à classificação dos dados em orações causal e explicativa e suas análises, conclui-se que, artificialmente, usando critérios da gramática normativa, é possível fazer essa distinção, porém, na língua em uso, percebe-se uma indistinção em grande parte dos dados.

**PALAVRAS-CHAVE:** Funcionalismo. Gramática normativa. Classe gramatical. Conjunções.

**ABSTRACT:** The article discusses the use of causal conjunctions and explanatory contexts in editorials and opinion articles for newspapers. This presents concepts and examples of the Portuguese language grammar and aims to explain the different views on the conjunctions in traditional and functional perspective. The analysis and discussion have as the research corpus 100 newspaper articles selected which all occurrences of the conjunction because. From a methodology which searches for classifying data in causal and explanatory sentences and their analysis, it is concluded that artificially, using normative grammar criteria, it is possible to make this distinction, however, it is noted a indistinctness in great part of the data.

**KEYWORDS:** Functionalism. Normative Grammar. Grammatical Class. Conjunctions.

---

<sup>1</sup> O artigo faz parte dos trabalhos do grupo de pesquisa/CNPq – Descrição do Português do Brasil, na linha de pesquisa Estudos Analítico-descritivos da linguagem.

\* Doutora em Filologia e Língua Portuguesa/USP e docente do IFSP/Campus São Paulo. *Email:* crislopomo@gmail.com.br

\*\* Doutor em Língua Portuguesa/PUC-SP e docente do IFSP/Campus São Paulo. *Email:* flaviovaladares2@gmail.com

## *Introdução*

A partir da constatação de que a discussão entre gramáticos e linguistas sobre o uso de conjunções coordenativas explicativas e conjunções subordinativas causais vem ocorrendo já há algumas décadas no Brasil, principalmente quanto aos critérios sintáticos, semânticos e pragmáticos, e considerando o nosso trabalho docente em sala de aula, em turmas de graduação, resolvemos pesquisar como esses usos em editoriais e artigos de opinião de jornais impressos vêm sendo feitos, a fim de demonstrar a importância que a utilização de um ou de outro tipo assume quando se trata de se argumentar e emitir juízos e apreciações. Além disso, pensamos em como nossa pesquisa poderá auxiliar colegas em suas abordagens sobre o tema e subsidiar as pesquisas de alunos de graduação em Letras.

O objetivo deste artigo também avança em direção a uma discussão que visa a analisar critérios semântico-pragmáticos e sintáticos na perspectiva funcional, com uma abordagem que focaliza as possibilidades de inversões de orações para sua comprovação, gerando novas formas de tratamento de causais e de explicativas. Dessa forma, pretendemos ilustrar, por meio de exemplos efetivos de uso em nossa língua, ou seja, frases reais e em contextos específicos, que a abordagem tradicional não dá conta conceitualmente de garantir a aplicabilidade de seus exemplos em todos os contextos de uso.

Com isso, esperamos contribuir para uma reflexão mais funcional, a partir da justificativa de que é o uso e seus desdobramentos que garantem ou não uma classificação para as causais e as explicativas.

## *Trazendo a conceituação em gramáticas*

A fim de visualizar como gramáticas normativas de língua portuguesa apresentam a classe gramatical *conjunção*, em específico, as conjunções coordenativas explicativas e as conjunções subordinativas causais,

selecionamos 7 compêndios gramaticais – Artur de Almeida Torres (1973), Domingos Paschoal Cegalla (1984; 2005), Napoleão Mendes de Almeida (1998), Celso Cunha e Lindley Cintra (2001), Mário Vilela e Ingedore Villaça Koch (2001), Evanildo Bechara (2005) e Ataliba T. de Castilho (2010).

A seleção dos compêndios atendeu aos seguintes critérios:

Artur de Almeida Torres (1973) – devido ao seu papel em torno das propostas da Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB), conforme Batista (2010).

Domingos Paschoal Cegalla (1984; 2005) – devido a obras mais direcionadas ao ensino, com obras mais didáticas.

Napoleão Mendes de Almeida (1998) – devido a ser um nome de referência para a tradição de abordagem normativa da língua portuguesa, segundo Di Iório e Franco (2006).

Celso Cunha e Lindley Cintra (2001) – devido a suas descrições do português, tanto brasileiro quanto europeu, além de ser uma das de maior destaque, juntamente à de Bechara<sup>2</sup>.

Mário Vilela e Ingedore Villaça Koch (2001) – devido à contribuição na abordagem da língua com enfoque mais funcional.

Evanildo Bechara (2005) – devido a suas contribuições em relação a um diálogo coerente e harmonioso entre a gramática, a filologia e a linguística, de acordo com Batista (2010).

Ataliba T. de Castilho (2010) – devido a identificar os processos criativos do português brasileiro, ultrapassando a barreira da descrição e da sentença, focando a descrição no texto e não na sentença, tendo uma base sociocognitivista.

Nosso objetivo, nesse primeiro momento, é o de mostrar que as gramáticas normativas não seguem um padrão para conceituar as conjunções:

Torres (1973, p. 136), em relação às conjunções coordenativas explicativas, explicita que

---

<sup>2</sup> Cf. <http://cvc.instituto-camoes.pt/hlp/biografias/lcintra.html>. Acesso em 10 de fevereiro de 2014.

5) Explicativas – que ligam pensamentos de modo que o segundo explique ou esclareça o primeiro: *que, pois, porque, porquanto*.

Ex.: Não corra, *que* você pode cair.

Não se amofine, *pois* a vida é curta.

Fique quieto, *porque* precisa de repouso.

NOTA: Com essas conjunções, a 1ª oração tem o verbo geralmente no imperativo ou na forma optativa. Além disso, há no final dela uma pausa mais acentuada, que se assinala com a vírgula ou ponto-e-vírgula. (TORRES, 1973, p. 136)

### E em relação às causais:

2) Causais – que exprimem circunstância de causa: *porque, porquanto, visto que, visto como*.

Ex.: Não estudo *porque* não disponho de recursos.

Ele foi castigado *porquanto* a falta ficou provada. (TORRES, 1973, p. 136)

A conceituação de Torres reflete o pensamento gramatical posterior à NGB, no qual os gramáticos, de certa maneira, unificaram seus conceitos em adequações que levaram a uma espécie de pasteurização conceitual em nada profícua, que gerou conceitos que não explicam o funcionamento da língua. Da mesma forma, Napoleão Mendes de Almeida apresenta, em sua obra, conceitos e exemplos que configuram apenas um modelo a ser seguido, não estando em consonância com outras possibilidades de uso.

Almeida<sup>3</sup> (1998, p. 352) conceitua as explicativas como “as que ligam duas orações, explanando ou continuando a segunda o sentido da primeira: ou, isto é, por exemplo, a saber, ou seja”. Para as causais, o gramático explicita que “são as subordinativas que ligam duas orações, das quais uma depende da outra, como o efeito depende da causa; a que indica o efeito é a principal, e a que representa a causa é a subordinada”. (p. 355) Exemplifica com: *porque, que, pois que, porquanto, uma vez que, como, já que, sendo que, visto que, por isso que, dado que, desde que*.

---

<sup>3</sup> A Gramática metódica da Língua Portuguesa, de Napoleão Mendes de Almeida, utilizada é a 42ª edição, publicada em 1998.

Como nosso objetivo, neste artigo, é tratar da conjunção *porque*, segue o exemplo dado por Almeida, à p. 355, “Dei-lho *porque* me pediu’. O *porque* era pelos clássicos empregado também como conjunção final (= para que), levando o verbo para o subjuntivo [...]”. Também, cumpre destacarmos que, em sua gramática, não há casos de conjunção explicativa tradicionalmente exemplificadas, como “pois” ou mesmo “porque”, o que denota uma classificação para causais apenas. Em Cunha e Cintra (2001, p. 581), é exposto:

5. EXPLICATIVAS, que ligam duas orações, a segunda das quais justifica a ideia contida na primeira. São as conjunções que, porque, pois, porquanto, em exemplos como:  
Vamos comer, Açucena, que estou morrendo de fome. (Adonias Filho, LP, 109.)  
Dorme cá, pois quero mostrar-lhe as minhas fazendas. (A. Ribeiro, M, 43.) (CUNHA E CINTRA, 2001, p. 581)

#### E quanto às causais

1. CAUSAIS (iniciam uma oração denotadora de causa): porque, pois, porquanto, como [= porque], pois que, por isso que, já que, uma vez que, visto que, visto como, que, etc.:  
Tenho continuado a poetar, porque decididamente se me renovou o estro. (A. de Quental, C, 357.)  
Tio Couto estava sombrio, pois aparecera um investigador da polícia perguntando por Gervásio. (É. Veríssimo, LS, 137.)  
Como as pernas trôpegas exigiam repouso, descia raro à cidade. (G. Ramos, I, 195.) (CUNHA E CINTRA, 2001, p. 586)

Constatamos, na visão de Cunha e Cintra, que, em relação às explicativas, não há menção sobre mudança na ordem, o que nos conduz ao entendimento de que a mobilidade é realmente própria de adverbiais, no caso, as causais; além disso, é claro o mesmo tipo de abordagem conceitual que o das gramáticas até aqui apresentadas.

Vilela e Koch (2001, p. 260) apresentam apenas alguns exemplos, sem conceituar nem o que eles denominam “causa” e nem as “explicativas”: “- Causa: pois, então, daí, porque, etc.” e “- explicativas: porquanto, pois (p. 266)”, não avançando em qualquer explicação ou análise, configurando um modo de abordagem em seu livro.

Na gramática de Cegalla (2005, p. 290), a conceituação e os exemplos apresentam-se da seguinte forma:

Explicativas

Precedem uma explicação, um motivo: *que, porque, porquanto, pois* (anteposto ao verbo).

Não solte balões, *que* (ou *porque, ou pois, ou porquanto*) podem causar incêndios.

*Choveu durante a noite, porque as ruas estão molhadas.* (CEGALLA, 2005, p. 290)

Causais

Introduzem orações que exprimem causa: *porque, eu, pois, como, porquanto, visto que, visto com, já que, uma vez que, desde que.*

O tambor soa *porque* é oco [*porque é oco: causa; o tambor soa: efeito*]

Como estivesse de luto, não nos recebeu.

Desde *que* é impossível, não insistirei. (CEGALLA, 2005, p. 291)

Além de sua conceituação, a gramática de Cegalla, em sua 25ªed., p. 320, de 1984, apresenta uma observação na qual explicita que

As orações coordenadas *explicativas* não devem ser confundidas com as subordinadas adverbiais *causais*: estas exprimem a causa de um fato, aquelas dão o motivo, a explicação da declaração anterior. Exemplos:

João está triste *porque perdeu o emprego*. → or. Adverbial causal  
[A perda do emprego é a causa da tristeza de João.]

A criança devia estar doente, *porque chorava muito*. → or. Explicativa  
[O choro da criança não podia ser a causa de sua doença.]

Note-se também que há pausa (vírgula, na escrita) entre a oração explicativa e a precedente e que está é, muitas vezes, imperativa, o que não acontece com a oração adverbial causal. (CEGALLA, 1984, p. 320)

Interessante ressaltarmos, sobre as edições de 1984 e 2005, que a observação na edição de 1984 foi suprimida na de 2005. Isso pode ser explicado devido aos estudos na área da morfossintaxe, que provou não ser possível distinguir uma explicativa de uma causal apenas pelo uso ou não de vírgula. Cumpre-nos citar o que é posto no Dicionário Houaiss, “b) não há diferença muito sensível semanticamente entre a explicativa e a causal;

segundo os gramáticos, a oração coordenada explicativa ger. é separada da oração anterior por uma pausa, que pode ser expressa na escrita por vírgula, ponto e vírgula ou mesmo ponto final". (HOUAISS, 2001, p. 2264)

Por fim, citamos Bechara (2005, p. 326), um gramático que transita entre ser menos tradicional e mais ligado aos estudos linguísticos, que apresenta as conjunções subordinativas causais e as explicativas da seguinte maneira:

CAUSAIS: quando iniciam oração que exprime a causa, o motivo, a razão do pensamento da oração principal: que (= porque), porque, como (= porque, sempre anteposta a sua principal, no português moderno), visto que, visto como, já que, uma vez que (com verbo no indicativo), desde que (com o verbo no indicativo), etc.:

"A memória dos velhos é menos pronta porque seu arquivo é muito extenso" [MM].

"Como ia de olhos fechados, não via o caminho" [MA. 1, 19]

"Desde que se fala, indeterminadamente, e no plural, em direitos adquiridos e atos jurídicos perfeitos, razão era que no plural e indeterminadamente se aludisse a casos julgados" [RB.4, 25] (BECHARA, 2005, p. 326)

#### EXPLICATIVAS

Unidades adverbiais que não são conjunções coordenativas – Levada pelo aspecto de certa proximidade de equivalência semântica, a tradição gramatical tem incluído entre as conjunções coordenativas certos advérbios que estabelecem relações inter-oracionais e intertextuais. [...] Não incluir tais palavras entre as conjunções coordenativas já era lição antiga na gramaticografia de língua portuguesa; vemo-la em Epifânio Dias e, entre brasileiros, em Maximino Maciel, nas últimas versões de sua *Gramática*. Perceberam que tais advérbios marcam relações textuais e não desempenham o papel conector das conjunções coordenativas<sup>1</sup>, apesar de alguns manterem com ela certas aproximações ou mesmo identidades semânticas. Sem todavia influírem na ordenação das orações, segundo Epifânio Dias. (BECHARA, 2005, 37ª ed., p. 322)

Em outra perspectiva, mais funcional, Castilho (2010, p. 348) salienta que "uma questão que ocupou particularmente os gramáticos foi a distinção entre coordenadas explicativas e subordinadas causais". Para o autor, "considera-se causal a sentença a cujo conteúdo proposicional está associado um efeito ou consequência, verbalizado na sentença principal". Exemplifica e comenta:

(35)

a) *A rua está molhada porque choveu.*

Em (35a), temos uma sentença complexa com ordem não marcada, isto é, a sentença matriz de consequência é seguida pela sentença subordinada de causa. O operador *porque* liga os dois conteúdos proposicionais da direita para a esquerda, donde a interpretação semântica de causação da segunda sentença sobre a primeira.

(35)

b) *Choveu, porque a rua está molhada.*

Ao dar a (35b) um tratamento pautado pela redação lógica entre sentenças, torna-se difícil aceitar que *rua molhada* seja uma causa que tenha por efeito *chover*. Nesta sentença há muito mais uma explicação do que uma causação: a rua estar molhada se explica pelo fato de ter chovido. A tradição gramatical optou por considerá-la explicativa, dispendo-a entre as coordenadas, considerando como subordinada adverbial causal apenas (35a). (CASTILHO, 2010, p. 348)

Castilho também elabora uma explicação na perspectiva do conteúdo semântico que coordenadas explicativas e subordinadas causais dispõem. Ele afirma que isso torna impossível considerar as conjunções “fora das sentenças”, uma vez que sua gramaticalização deriva, justamente, de advérbios e de outras classes. E acrescenta: “Se as conjunções guardam algum sentido lexical, ficamos diante da incômoda constatação de que elas constituem uma lista aberta – constatação que contraria nossas expectativas quando se trata de classes gramaticais”. (CASTILHO, 2010, p. 348)

Importante, nesse ponto, explicitarmos que Castilho defende a gramaticalização do advérbio em conjunção, enquanto Bechara sustenta que o advérbio continua advérbio, somente ligando sentenças. Tanto em um caso quanto em outro não se avança na dimensão pragmático-semântica, o que gera uma espécie de redução na abordagem que não contempla os usos possíveis em reais situações comunicativas.

Nesta seção, foi feita uma panorâmica de como as 7 gramáticas selecionadas apresentam o item *conjunção* – causais e explicativas – e de que como duas delas apresentam uma perspectiva funcional na abordagem, que se distanciam da gramática tradicional. Na sequência, apresentamos o estudo de Maria Helena de Moura Neves, em seu livro *Gramática de usos do português*, sobre causais e explicativas.

*Causais e explicativas sob uma perspectiva funcionalista: a visão de Neves*

Antes de iniciar a análise e discussão dos dados, cabe a nós mostrar o estudo que Neves (2000) elaborou sobre causais e explicativas, revelando nuances no tratamento e na identificação de uso nos dois tipos.

Neves (2000, p. 801), sobre o modo de construção das conjunções causais, expõe que, em português, “a análise das construções complexas causais pode ser representada na análise das orações iniciadas pela *conjunção PORQUE*”.

<i>ORAÇÃO PRINCIPAL</i>	<i>PORQUE</i>	<i>ORAÇÃO CAUSAL</i>
<i>Trabalho aqui</i>	<i>PORQUE</i>	<i>quero.</i>

(NEVES, 2000, p.801)

A autora explicita também que, “num sentido estrito, a relação *causal* diz respeito à conexão *causa-consequência*, ou *causa-efeito*, entre dois eventos”. Além disso, segundo ela, “essas relações se dão entre *predicações (estados de coisas)*, indicando ‘causa real’, ou ‘causa eficiente’, ou ‘causa efetiva’”. Para Neves (2000, p. 804), “a relação *causal* implica subsequência temporal do *efeito* em relação a *causa*”.

*Nossa conversa não foi adiante PORQUE, infelizmente, a confissão terminada, o reitor saiu do quarto e o ambiente logo mudou.*

<i>Núcleo (efeito):</i>	<i>Nossa conversa não foi adiante</i>	⇒ <i>POSTERIOR</i>
<i>Causal (causa real):</i>	<i>PORQUE, infelizmente, a confissão terminada, o reitor saiu do quarto e o ambiente logo mudou.</i>	⇒ <i>ANTERIOR</i>

(NEVES, 2000, p.801)

Neves faz a ressalva de que “a relação causal entre conteúdos (a “causa efetiva”), porém, não necessariamente envolve tempo. Ela pode dar-se entre *estados de coisas não-dinâmicos*”. *A multiplicação das colônias e sua distribuição pela pastagem é necessária PORQUE as vespas fêmeas não têm asas, o que limita sua dispersão.* (NEVES, 2000, p. 804)

Por outro lado, como afirma, “as expressões linguísticas de ligação *causal* – as marcadas pelo conector *PORQUE* ou seus equivalentes semânticos – não se restringem a esse tipo de causalidade efetiva entre conteúdos”. Neves (2000, p. 806) observa que, “especialmente se vistas desvinculadas de seu contexto, as construções *causais* frequentemente permitem diferentes leituras”.

Para ela, em um exemplo como: *A substituição acontecerá, segundo o pesquisador, PORQUE são altos os custos para a obtenção da matéria-prima do coqueirinho*, pode-se entender “a) uma relação *causal* entre conteúdos, na qual o estado de coisas são altos os custos constitui causa efetiva do estado de coisas a substituição acontecerá” ou “b) uma relação *causal* entre proposições, na qual o fato possível serem altos os custos constitui causa formal do fato possível a substituição acontecer”. (NEVES, 2000, pp. 806-7)

Também, Neves (2000, p. 814) posiciona que “vista a construção do ponto de vista lógico-semântico, verifica-se que a ordem, na maioria das construções *causais*, é não-icônica, ou, como afirmou Castilho, uma ordem não marcada, já que primeiro se enuncia o efeito (a *oração principal*) e, depois, a causa (*oração causal*)”. E complementa:

Não é em nada problemática essa ordenação, tendo em vista que os enunciados da língua não são peças lógicas, e que a iconicidade pode ser mais eficazmente avaliada em termos discursivos: na maior parte dos casos, primeiro se assenta a informação compartilhada (seja ela ou efeito ou uma causa), e depois se traz a informação nova (seja ela uma causa ou um efeito), embora a língua tenha mecanismos para marcar diferentemente algumas construções. (NEVES, 2000, pp. 814-5)

Por fim, Neves (2000) explicita os subtipos das construções causais quanto ao nível de ocorrência em que as considera como as que apresentam entre si uma relação causal – *lato sensu* considerada. Entende a autora que causa abrange não apenas causa real, como também razão, motivo, justificativa ou explicação. Para a autora, “essa é uma maneira ampla de considerar a relação *causal*, assim como é trabalhando com conceito bastante amplo de *causa* que se pode abrigar na classe das construções causais”. E exemplifica:

“as que se dão: a) entre *predicações (estados de coisas)*; b) entre *proposições (fatos possíveis)*; c) entre *enunciados (atos de fala)*”. (p. 815)

Além disso, ela explica que “é muito difícil tentar-se um refinamento da interpretação semântica, de modo que se consiga uma distinção entre causa, razão, motivo, explicação, justificação etc”. Em sua visão, essa dificuldade dá-se em razão de que não se possa “responder pela distinção entre esses dois grandes grupos que vêm contrastados, na tradição, sob os rótulos de ‘*subordinadas causais*’ [...] e ‘*coordenadas explicativas*’”. (NEVES, 2000, p. 815)

Para as explicativas, a autora posiciona-se da seguinte maneira:

Tradicionalmente chamadas *coordenadas explicativas*, as orações causais que entram nessas construções [as construções com relação *causal* entre atos de fala (entre enunciados)], encabeçadas por *PORQUE*, *QUE* ou *POIS*, são sempre pospostas. A partir daí ser invocada, em primeiro lugar, a questão da imobilidade posicional das *orações* envolvidas, a qual favorece, realmente, sua interpretação como *coordenadas*. Além disso, é possível que o desligamento sugerido pela frouxa ligação entre dois enunciados, correspondentes a dois diferentes atos de fala, tenha sido o responsável direto pela interpretação tradicional, com assimilação de independência a coordenação.

[...]

Em quase todos os casos de ocorrência de *QUE*, a substituição por *PORQUE*, sem perda da mesma expressão de causalidade, é possível, como se vê em “Vamos, *QUE* está ficando tarde (RIR); (= Vamos, porque está ficando tarde.) (NEVES, 2000, p. 817-8)

Com isso, Neves nos apresenta um estudo bastante aprofundado sobre a questão, que se distancia da abordagem normativa. Dessa maneira, conduzimos nosso leitor ao entendimento de que existem estudos mais funcionalistas, que se baseiam em uso efetivo pela comunidade linguística e não apenas em exemplos retirados de textos literários clássicos, contribuindo também para o entendimento da dinamicidade da língua e da adequação a novas possibilidades de uso, fruto da criatividade linguística que os falantes possuem.

Assim, encerramos, nesta seção, uma apresentação mais teórica sobre causais e explicativas. Na seção seguinte, analisamos, na prática, por meio de

editoriais e artigos de opinião de jornais, casos de usos de explicativas e de causais.

### *Exemplário e análise dos dados*

Para esta pesquisa, selecionamos uma amostra de textos jornalísticos, composta por 25 editoriais do jornal *Folha de São Paulo*, 25 editoriais do jornal *O Estado de São Paulo*, 25 artigos de opinião escritos pelo jornalista Hélio Schwartzman para a *Folha de São Paulo* e 25 artigos de opinião escritos pela jornalista Dora Kramer para *O Estado de São Paulo*, perfazendo um total de 100 textos.

Optamos pela recolha desses textos por serem representativos do padrão culto escrito em São Paulo e pelo fato de serem redigidos por profissionais que têm a língua e a comunicação como foco, além da importância como veículo de comunicação (jornais impressos de tradição no Brasil) referente à mídia impressa brasileira.

Desses textos, foram selecionados todos os usos do item *porque*, perfazendo um total de 67 dados. O gráfico abaixo foi construído considerando o valor semântico-pragmático, tal como proposto por algumas das gramáticas apresentadas na seção “Trazendo a conceituação em gramáticas”:

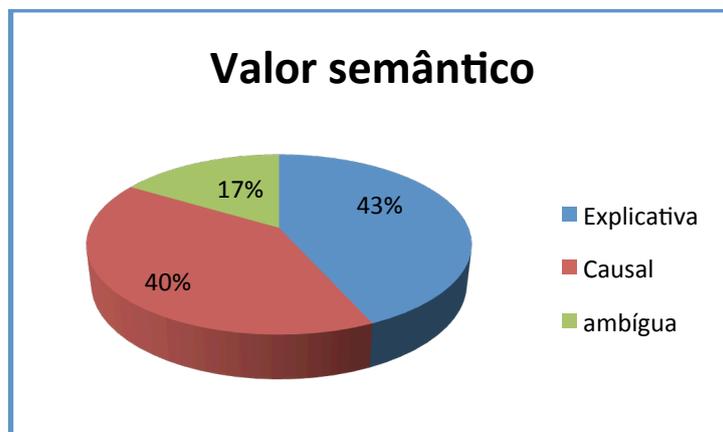


Tabela 1 – Valor semântico

A partir disso, consideramos usos ambíguos aqueles em que não há uma configuração prototípica, qual seja: (1) *explicativa* em segunda posição, com pausa pronunciada, explanando, continuando ou esclarecendo a primeira oração; (2) *causal* com relação explícita de causa em relação ao efeito/consequência da outra oração, podendo ocorrer em qualquer configuração, seja em primeira posição ou em segunda posição. Os dados que se distanciaram desses padrões foram considerados ambíguos e alguns deles serão explorados adiante. Seguem, então, exemplos selecionados do *corpus* para as análises:

(1) É despropositada a ação civil pública que o MPF ajuizou pedindo a retirada de circulação do dicionário "Houaiss", *PORQUE* a obra contém "expressões pejorativas e preconceituosas" contra os ciganos. (SCHWARTSMAN, Hélio. *Folha de São Paulo*)

Em (1), o uso da explicativa prototípica ocorre como segundo elemento do período, além de esclarecer ou explicar o motivo de a ação civil pública do MPF ser despropositada. Ocorre, também, a pausa antes do item *porque*, o que caracteriza, a nosso ver, dois aspectos relativos à conjunção explicativa: primeiro, o "desligamento sugerido pela frouxa ligação entre dois enunciados, correspondentes a dois diferentes atos de fala" (NEVES, 2000, p. 817); segundo, que o exemplo ratifica o que indica Cunha e Cintra (2001, p. 581) ao tratar a explicativa como sendo aquela que "justifica a ideia contida na primeira".

No exemplo 2, a causal prototípica caracteriza-se por ser a causa (o barco fez água) para os efeitos apresentados anteriormente (cansou de ser opositorista, virou governista e escapuliu de um partido):

(2) Primeiro, cansou de ser opositorista aguerrido, virou governista mais ou menos assumido e escapuliu de um partido *PORQUE* o barco fez água. Depois, criou outro ao molde de uma associação recreativa propositadamente desprovida de doutrina a fim de propiciar abrigo a quem se interessar independentemente dos critérios de ações e pensamento. (KRAMER, Dora. *O Estado de São Paulo*)

Nesse caso, é possível, também, realizar uma inversão da ordem, evocando a iconicidade esperada: primeiro a causa, depois a consequência. Com isso, temos: *Porque o barco fez água (causa), cansou de ser oposicionista, virou governista e escapuliu de um partido (consequências)*. No exemplo 2, a noção de causa transparece no nível da predicação (estado de coisas), tem uma ordem sintática não-icônica, porém permite a mobilidade, característica típica do advérbio e, conseqüentemente, da oração adverbial.

Já em (3), temos duas possibilidades de análises: (i) o fato de David Ben Gurion estar certo de que os ortodoxos estavam com seus dias contados fez com que ele concordasse que a lei rabínica fosse adotada para regular casamentos e divórcios no país. Ou seja, houve uma causa (a certeza da queda dos ortodoxos) e uma consequência (adoção da lei rabínica); (ii) o esclarecimento do motivo para a concordância com a lei rabínica para regular casamentos e divórcios. Isto é, a segunda oração amplia, esclarece e continua a ideia antecedente.

(3) Mesmo no Terceiro Mundo, igrejas pareciam ceder terreno a líderes secularistas como Kemal Ataturk (Turquia, anos 20), Jawaharlal Nehru (Índia, anos 50). Também o islamismo dava indícios de que sucumbiria diante do pan-arabismo de Gemal Abdel Nasser nos anos 60. Ao que consta, até o Estado judeu não era tão judeu assim. David Ben Gurion, o fundador de Israel, um secularista convicto, só concordou que a lei rabínica fosse adotada para regular casamentos e divórcios no país *PORQUE* estava certo de que os ortodoxos estavam com seus dias contados. (SCHWARTSMAN, Hélio. *Folha de São Paulo*)

As possibilidades verificadas em (3) encaminham a questão para uma visão menos dicotômica entre explicação e causalidade, abonada por Castilho (2010). Nesse sentido, entendemos que essa linha muito tênue pode ser rompida facilmente, deixando indistinta a possibilidade de análise.

Isso também acontece em (4) que traz o anúncio do novo rebaixamento da dívida grega motivado pelo acordo que caracteriza um calote. Ou, em outra possibilidade de leitura semântica, o fato de o acordo caracterizar um calote é a causa para o anúncio do novo rebaixamento da dívida grega. Em outros

termos, somente a análise semântica não dá o suporte necessário para uma classificação segura.

(4) Já na sexta-feira a agência Fitch de classificação de risco anunciou um novo rebaixamento da dívida grega, *PORQUE* o acordo, afinal, caracteriza um calote. Todos sabiam disso e, mais uma vez, ninguém será beneficiado pela intervenção de uma agência desse tipo. O fato importante, obviamente, é muito positivo: conseguiu-se evitar o calote desorganizado, o evento mais temido e mais perigoso para a zona do euro e para os bancos. (Editorial – *O Estado de São Paulo*)

Assim, é-nos possível outro ponto para análise em (4): o uso do item *afinal*. Para Vicente (2009), *afinal* caracteriza-se por padrões funcionais ligados ao ponto final de um percurso temporal e ao ponto final de uma ação mental. Como operador argumentativo, pode desempenhar a função de introdutor de tópico ou de fecho de argumentação e garante a ênfase. É o que ocorre no exemplo (“porque o acordo, *afinal*, caracteriza um calote”) – ocorrência de um elemento enfático, que encerra a argumentação sobre o acordo da dívida grega.

Do ponto de vista semântico, recorreremos à diferença tênue entre causalidade e explicação, demonstrando, com os exemplos (3) e (4), que a ambiguidade e a interligação de sentidos são frequentes. Por isso, recorreremos também a uma forma complementar de análise, trabalhando somente com os 43% de casos de explicativas presentes no *corpus*.

Com as 29 ocorrências de orações explicativas, procedemos à aplicação do critério sintático da mobilidade, ou seja, a troca de “A é explicado por B” pela inversão “B é causa de A” a partir das considerações semântico-pragmáticas de causa e explicação. O que embasa tal procedimento é o pressuposto de Neves (2000, p. 806) de que o *porque* é essencialmente uma conjunção causal. Com esse teste da mobilidade sintática e da mudança semântica, obtivemos o seguinte resultado:



Tabela 2 – Critério sintático

A grande porcentagem de orações (81%) que permitiram a inversão sintática e a mudança semântica de explicativa para causal corrobora a ideia de que o *porque*, de base adverbial, passa, por um processo de gramaticalização, a *conjunção*, conforme sustenta Castilho (2010). Entretanto, permanece o traço adverbial da mobilidade. Vejamos alguns exemplos:

(5) Alguns desses contratados são funcionários particulares dos senadores. Outros já lhes prestavam serviços profissionais - de advocacia, por exemplo. O dinheiro público é usado, portanto, para o pagamento de compromissos privados. Este detalhe é especialmente importante, **PORQUE** mostra uma gravíssima distorção política - a confusão, considerada normalíssima, dos universos público e privado. (Editorial – *O Estado de São Paulo*)

Em (5), temos a oração antecedida pelo *porque* com noção explicativa: “esse detalhe é importante” pelo motivo de mostrar distorção política. No entanto, o período se mostra passível de inversão: “*Porque/já que/uma vez que* mostra uma gravíssima distorção política, esse detalhe é especialmente importante”. A troca do *porque* por outras conjunções adverbiais reforça ainda mais a possibilidade de leitura causal nesse contexto, o que também ocorre no exemplo (6):

(6) O ato deveria encerrar a questão, excluindo-a da agenda não digamos política, mas eleitoral **PORQUE** o PT só volta ao tema quando interessa infernizar o adversário ruim de defesa. (KRAMER, Dora. *O Estado de São Paulo*)

em que temos novamente a possibilidade de inversão sintática e de mudança para noção causal: “*Porque/já que/uma vez que* o PT só volta ao tema quando interessa infernizar o adversário ruim de defesa, o ato deveria encerrar a questão [...]”.

Contudo, em 19% dos dados de explicativas, a inversão não é possível sem alterar fundamentalmente o sentido proposto. Vejamos alguns exemplos:

(7) Apesar da execução medíocre, o PAC 2 foi apresentado no balanço como barreira protetora contra os impactos da crise internacional. É um evidente exagero, até *PORQUE*, em 2011, o investimento das estatais da União, responsáveis pela maior parte do PAC, foi menor que em 2010. (Editorial - *O Estado de São Paulo*)

Em (7), a inversão sintática não é aplicável por causa do operador argumentativo *até*<sup>4</sup>, associado à categoria de advérbio, semanticamente ligado à ideia de inclusão (BECHARA, 2005). Com a combinação, *até porque* reforça a noção explicativa sobre o exagero de o PAC 2 ser apresentado como barreira protetora contra os impactos da crise internacional. Outro ponto relevante a ser notado é que a primeira oração (“É um evidente exagero”) atua como resumitivo do período anterior e carece de uma justificativa para ter seu sentido completado. No caso do exemplo (8), são elementos pospostos e intercalados à oração explicativa que impedem a inversão sintática em nosso teste proposto:

(8) O problema é que, embora o voto não traga consequências individuais, ele produz resultados em termos de políticas públicas. Uma boa receita para o político que queira ganhar eleições é prometer corrigir as distorções do mercado, de preferência opondo-se à ganância dos oligopólios, e criar barreiras comerciais para proteger empregos. Melhor do que apenas prometer é adotar algumas medidas com essas características. Só é preciso tomar um certo cuidado *PORQUE*, se o homem público entregar tudo o que o povo pede, são grandes as chances de ele provocar uma crise econômica, que acabaria conspirando contra a reeleição (a performance passada é um

---

<sup>4</sup> Lima-Hernandes e Defendi (2009) apresentam um estudo sobre a gramaticalização do item *até* e demonstram que esse item assume funções textuais em suas sucessivas abstratizações, passando de preposição para advérbio (semanticamente ligado a noções de espaço, tempo, inclusão e limite). Cf. LIMA-HERNANDES, M. C. P. e DEFENDI, C. L. Gramaticalização do item *ATÉ*: padrões funcionais e mecanismos de mudança. *VI CONGRESSO INTERNACIONAL DA ABRALIN*, 2009, João Pessoa/PB. ABRALIN 40 ANOS. João Pessoa: Ideia, 2009.

dos critérios utilizados pelos eleitores). (SCHWARTSMAN, Hélio. *Folha de São Paulo*)

Dessa maneira, na primeira oração, “é preciso tomar um certo cuidado”, temos a manifestação de atitude e intencionalidade perante o enunciado produzido com o uso de um modalizador, o predicado cristalizado “é preciso”. Na sequência, é introduzido o motivo para essa necessidade de cuidado, todavia, após o *porque*, há uma oração condicional intercalada (“se o homem público entregar tudo o que o povo pede”) e a coincidência de a oração seguinte funcionar tanto como a principal em relação à anterior condicional quanto como a explicativa (porque – são grandes as chances de ele provocar uma crise econômica). Soma-se a essa amarração sintática uma outra oração, agora com o sentido de causalidade, que é redigida sem o uso de conectivo e colocada entre parênteses: [a crise econômica] acabaria conspirando contra a reeleição JÁ QUE/PORQUE a performance passada é um dos critérios utilizados pelos eleitores.

Esse dado (8) é um bom representante do que é realmente a língua em uso na qual a organização sintática está a serviço da conexão lógica imbricada e não linear. É por isso que o conceito de causa e explicação, eles também tão imbricados, tem mais sentido didático-gramatical do que semântico-sintático.

### *Conclusão*

É possível realizar a distinção entre causa e explicação, mas é uma distinção artificial, calcada nas nuances de sentido apresentadas pelas gramáticas normativas. Daí a possibilidade de classificarmos os dados analisados em 40% de causais e 43% de explicativas.

Porém, os 17% restantes são casos em que essa distinção, mesmo artificial, não é fácil e causa ambiguidade. Castilho (2010) e, principalmente, Neves (2000) demonstram essas aproximações de sentido entre causal e explicativa, esclarecendo a dificuldade de distinção entre causa, razão, motivo, explicação, justificação. Mesmo se pensarmos na não iconicidade ou na não

marcação das orações causais, bem como na subsequência temporal do *efeito* em relação à *causa*, ainda assim tais aspectos não se mostram como critérios suficientes para a classificação segura.

Mais do que analisar a conjunção que conecta as orações, em nossa análise, causal ou explicativa, é necessário analisar intencionalidade, principalmente no âmbito semântico-pragmático, e arranjos sintáticos, o que poderá garantir, minimamente, que se obtenha uma classificação mais próxima ao uso efetivo e evidencie o aspecto linguístico-funcional para determinados contextos em que se tenha causa ou que se tenha explicação.

Assim, entendemos ter cumprido nossos objetivos ao abordar as causais e as explicativas em uma perspectiva funcional, priorizando os aspectos semântico-pragmáticos e sintáticos, e mostrando exemplos reais em situações reais de uso, convergindo para uma proposta mais didática e menos normativa, que possa ser instrumentalizada por alunos de graduação em Letras e utilizada em sua prática acadêmica.

## Referências

ALMEIDA, Napoleão Mendes de. *Gramática metódica da língua portuguesa*. 42ª ed. São Paulo: Saraiva, 1998.

BASTOS, Neusa Maria Oliveira Barbosa e PALMA, Dieli Vesaro (Orgs.) *História Entrelaçada 3: a construção de gramáticas e o ensino de língua portuguesa na segunda metade do século XX*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2008. Resenha de: BATISTA, Ronaldo de Oliveira. *D.E.L.T.A.* 26:2, 2010 (419-423)

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37ª ed. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2005. 672p.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.

CEGALLA, Domingos Paschoal. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. 25ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1984. p. 320.

CEGALLA, Domingos Paschoal. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. 46ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005. 696p.

CUNHA, Celso e CINTRA, Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001. 748p.

DI IÓRIO, Patrícia Leite e FRANCO, Maria Ignez Salgado de Mello. Napoleão Mendes de Almeida e a Gramática Metódica da Língua Portuguesa. In: BASTOS, Neusa Maria Oliveira Barbosa; PALMA, Dieli Vesaro (Orgs.). *História Entrelaçada 2: a construção de gramáticas e o ensino de língua portuguesa na primeira metade do século XX*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

HOUAISS, Antonio e VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora da UNESP, 2000. 1039p.

TORRES, Artur de Almeida. *Moderna gramática expositiva da língua portuguesa*. 24ª ed. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1973. 320p.

VICENTE, Renata Barbosa. *Mudança gramatical da palavra afinal e sua gramaticalização num contraste entre variedades linguísticas: português do Brasil e de Portugal*. São Paulo. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa). São Paulo, USP, 2009. 105p. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8142/tde-23112009-153410/pt-br.php>. Acesso em 14.abr.2014

VILELA, Mário e KOCH, Ingedore Villaça. *Gramática da língua portuguesa*. Coimbra: Almedina, 2001. 565p.